



Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às quatorze horas e dez minutos, segunda chamada às quatorze horas e vinte minutos iniciou-se se na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes conselheiros Titulares: Jorge Alberto Rispoli, Juliana Nogueira dos Santos, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Antônio Carlos do Rego e Souza, Rose Mary de Melo Bruce, Eliane Fontes de Araújo. Suplente: Moisés Antônio de Melo Abrão, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia, Danielle Torres Xavier, Renata do Nascimento Frazão e Ana Mayda Ordonez Vieira. Com a seguinte pauta: 1-Apreciação e votação da Ata anterior,2-Citação dos Ofícios enviados recebidos/respostas (enviados anteriormente por e-mail),3-Apresentação relação dos processos vencidos (Marcelo Rosa),4-Convite a um representante da obstetrícia ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal (Edson),5-Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo junto com o Instituto GNOSIS (Moisés),6-Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre O planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público (Moisés),7-Convite a Direção do Instituto GNOSIS ou um representante legal para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo (Moisés),8-Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados à atenção psicossocial e reabilitação em Maricá (Moisés),9-Convite a Coordenação do CEREST (Apresentação do Relatório de Visita da Comissão do CEREST do CMS-Maricá – Moisés),10-Explicações seríssimas sobre descaso e negligência que estão acontecendo na UBS da Marilândia (Edson),11-Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr. Wilson Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Edson),12-Aprovação da Comissão Organizadora do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora,13-Aprovação da Convocação do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora,14-Aprovação da Regimento Interno do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora,15-Apresentação do Relatório da Comissão de Atenção Básica,16-Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética,17-Formação da Comissão de Legislação,18-Reformulação das Comissões do CMS-Maricá,19-Sugestão de pauta para próxima reunião,20-Informes Gerais. **Primeiro ponto da pauta.** Apreciação e votação da Ata anterior. A Secretária Geral pergunta se todos receberam a ata e se tem alguma colocação a ser feita? A Conselheira Aparecida diz que que não conseguiu ler a ata por e-mail, que não pode opinar porque não teve acesso, que a Secretária Executiva ficou de enviar segunda feira, após esse dia não teve mais tempo de ver. Pergunta se alguém conseguiu ler a ata porque a Secretária Executiva só conseguiu mandar hoje. A Secretária Geral diz que a ata foi enviada no dia 28/10, hoje o que foi enviado foram as respostas dos ofícios. Então a ata do mês de outubro fica aprovada com a abstenção da Conselheira Aparecida . **Segundo ponta da pauta.** Leitura dos Ofícios. A Secretária Geral diz que vai ler os dois ofícios que recebemos respostas e foi postado no grupo de WhatsApp para ciência de todos hoje pela manhã, pode não ter dado tempo de algum Conselheiro ler. Ofício nº 901 da FEMAR em resposta ao ofício nº 169/CMSM/2024, do CMS-Maricá, convidamos o Diretor Geral Marcelo Rosa para participar da próxima reunião ordinária no dia 31/10/2024, às 14h, na Câmara Municipal de Maricá, para informar sobre o pagamento da insalubridade dos ACSs, como os dos dias atuais e retroativo junto com o Instituto GNOSIS. Resposta da FEMAR: Esclarecemos que esta Fundação realizou o processo seletivo para preenchimento de empregos de agente comunitário de saúde ACS, através do edital número 02/ 2023, cuja homologação foi publicada na edição nº 1.603 do Jornal Oficial de Maricá de 17/06/2024, contudo até a presente data não ocorreu a convocação dos referidos profissionais. Deste modo, esclarecemos que o Diretor-Geral da FEMAR estará presente na próxima reunião (A Secretária Geral diz que ele não pode vir e já vai ler a justificativas de falta) na reunião do dia 31/10/2024, na Câmara Municipal de Maricá. Entretanto, a pauta sobre o pagamento da insalubridade dos



Agentes Comunitários de Saúde- ACS, não é de competência desta Fundação, haja vista que os ACS atuais e retroativos são contratados pelo Instituto GNOSIS. Ofício nº 900 da FEMAR em resposta ao ofício nº 168/CMSM/2024, do CMS-Maricá, convidamos o Diretor Geral Marcelo Rosa para participar da próxima reunião ordinária no dia 31/10/2024, às 14h, na Câmara Municipal de Maricá, para informar sobre o planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público. Resposta da FEMAR: Esta Fundação realizou o concurso público referente ao edital nº 01/2023 para provimento dos cargos especificados, cuja homologação foi publicada na edição nº 1.603 do Jornal Oficial de Maricá (JOM) de 17/06/2024. Além disso, a contratação de prestação de serviços comum de medicina do trabalho e saúde ocupacional para realização dos exames admissionais destes candidatos teve sua homologação publicada no JOM em 09/08/2024. Desta forma, a Fundação encontra-se preparada para realizar a convocação dos candidatos do referido concurso. Contudo, vale destacar que a previsão de convocação bem como a quantidade dos candidatos a serem convocados estão condicionadas ao andamento e alinhamento das reuniões que estão sendo realizadas periodicamente com os representantes da equipe de transição do governo recentemente eleito, da atual gestão da SMS e da Fundação. Tais reuniões tem como intuito alinhar nossos próximos passos conjuntamente, haja vista que essa colaboração possibilitará o ajuste de prioridades e facilitará o cumprimento das metas institucionais estabelecidas a longo prazo. Por fim, pontuamos que essa Fundação está envidando todos os esforços e adotando as medidas cabíveis para garantir a celeridade na referida convocação, buscando assim atender às expectativas dos candidatos e assegurar o cumprimento dos prazos estipulados, dentro das possibilidades institucionais e em consonância com as diretrizes acordadas com os órgãos envolvidos. Lê as Justificativas de faltas dos Conselheiros: Ofício nº 926 da FEMAR, servimos do presente para justificar a ausência do Diretor-Geral da FEMAR, Sr. Marcelo Rosa, na reunião do Conselho Municipal de Saúde, ante a impossibilidade do comparecimento na reunião por compromisso com o mutirão Oftalmológico. Solicitamos que a pauta “apresentação da relação dos processos de vencidos” seja incluída na próxima reunião, Rodrigo Cantini, por motivo de participação em Congresso, Adriana, por estar afastada, por ordem médica, Marcos Pires, por motivo saúde, João Batista, por motivo de conciliação de agendas, Denise Marchon, devido a questões pessoais não poderá estar presente na reunião de hoje, Edson por motivo pessoais, Bruno por motivo de ter batido com o carro, Antônio Carlos Cunha por motivo de trabalho no Rio de Janeiro, Cláudia Rogéria por compromisso com o mutirão Oftalmológico. **Terceiro ponto da pauta.** Apresentação da relação dos processos vencidos (Marcelo Rosa) Conforme solicitado ficou para próxima reunião. **Quarto ponto da pauta.** Convite a um representante da obstetrícia ou da Direção do Hospital Conde Modesto Leal (Edson). A Secretária Geral diz que o Conselheiro que pediu essa pauta não está aqui hoje, então queremos agradecer a presença dos Doutores: Tiago e Salvador que estão aqui presentes; o Conselheiro que queria formar as questões não veio, porém, tem algum Conselheiro que queira formular alguma questão da Direção do Hospital Conde Modesto? Ficou para próxima reunião. **Quinto ponto da pauta:** Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo junto com o Instituto GNOSIS (Moisés). A Secretária Geral diz que a pauta 5 e 6 já foi respondida por ofício. O Conselheiro Moisés saúda todas as pessoas presentes, em especial a galera que está organizada, aprovada no concurso público, os Agentes Comunitários que se fazem presente também, sempre bom ver vocês aqui, acha que é importante falarmos que o resultado dessa organização conseguimos alcançar no pagamento insalubridade que já era uma luta dos Agentes Comunitários, e aí é muito ruim hoje pela segunda vez consecutiva, não ter o Presidente da FEMAR aqui para trazer a resposta que a gente já vem cobrando há pelo menos três meses, essa falta de planejamento. Depois queria até pedir à Mesa Diretora que pudesse



dar publicidade a esse documento para que possamos olhar ele com um mais de calma e o que o de fato ele está dizendo em especial sobre o planejamento. Sobre o pagamento retroativo da insalubridade, convidamos também um representante da GNOSIS, não sabe se está presente, mas acha que precisamos entender o seguinte, é uma luta dos Agentes, de algum tempo, tem pareceres positivos, inclusive da própria Procuradoria do município dizendo que tem que pagar o retroativo e é sempre um jogo de empurra. A Secretaria fala que não é com ela, que é com a GNOSIS, que fala que está vendo e de fato as pessoas não conseguem. Houve um avanço e é importante deixar aqui registrado, acha que o avanço que foi conseguido, saímos daqui, da última reunião ordinária com muita felicidade. As pessoas mandaram mensagem, bateu contra cheque com a insalubridade constando do jeito que tem que ser pago, ela era paga, só não era paga do jeito que deveria ser, ela era paga em cima do salário mínimo, uma vez que o Agentes Comunitários tem um piso e tem que ser pago em cima desse piso, então é deixar registrado que é um avanço sim, mas precisamos agora dos retroativos, que já existem pareceres favoráveis, inclusive da própria Procuradoria, dizendo que tem que pagar, agora precisamos saber quando vai pagar, os Agentes precisam saber quando que eles vão receber, uma vez que é direito deles, então se pudermos ter essa resposta. A GNOSIS foi convidada nesse sentido. Do Presidente da FEMAR queremos entender um pouco melhor sobre o planejamento que é algo que vem impactando vamos entender quando começarmos a olhar o relatório de uma visita que realizamos numa Unidade de Saúde, o quanto isso tem impactado, inclusive na saúde das pessoas, que se quer sabem se vão ter a garantia de seus empregos, e as pessoas estão se apegando naquelas promessas sabe “ porque alguém falou para mim que o meu emprego está tranquilo, que o meu está garantido” e sabemos que não é isso que acreditamos, por mais que a cidade talvez tenha esse contorno, ele não luta por isso, luta para que as pessoas sejam convocadas pelo concurso que fizeram ou se não vai ser pelo concurso, que seja um processo seletivo que tenha lisura, mas as pessoas estão se apegando nisso, então chegamos para fazer visita na unidade de saúde, é ouvimos o Agente Comunitário falar assim, “eu não consigo trabalhar, eu estou passando mal, eu chego aqui a primeira coisa que eu faço é bater na porta do médico para pedir para me dar um remédio para ver se posso trabalhar, porque não tenho segurança de nada, não sei até quando vou ter meu emprego, a gente sequer tem segurança, nem sabemos se a FEMAR renova”, inclusive isso é uma segurança para quem está do lado de fora do concurso, não sabemos se vocês estão sabendo disso, mas é uma insegurança também. não sabe, acredita que vocês também talvez não tenham essa certeza, então precisamos da figura do Presidente da Fundação para nos trazer essa resposta. Pede a resposta que ele deu por escrito, para que possamos entender um pouco melhor o conteúdo da resposta dele e se tiver a representação da GNOSIS acha que podemos aproveitar o momento, se a pessoa tiver presente, pede a Mesa Diretora. A Secretária Geral interrompe o Conselheiro Moisés dizendo que os dois ofícios que ela leu aqui já estão publicados no grupo do WhatsApp do Conselho e como foi publicado somente agora no final da manhã, acredito que a maioria não tenha conseguido ainda ver. A Conselheira Juliana se apresenta para a plateia que ainda não a conhece dizendo que é Secretária de Saúde em vigência. Sobre a questão do concurso, não fala aqui e nem tem propriedade jurídica para falar em nome da Fundação Estatal de Saúde que pode falar em nome da Secretaria a qual assume a gestão e a responsabilidade do funcionamento, já enviamos ofícios, na verdade três, o segundo ofício foi criado ontem, solicitando imediatamente a convocação do concurso, nós temos necessidade na nossa rede, sobretudo na atenção especializada de profissionais multidisciplinares, Fisioterapeutas, Teólogos, Fonoaudiólogos e muitos outros profissionais para fazer frente a muitas unidades, principalmente da nossa atenção especializada para atender a demanda populacional, então só para reiterar o compromisso desta Secretaria e ela como responsável frente à pasta, sobre as cobranças vinculadas ao concurso e todo respaldo que nós precisamos



ter enquanto agentes públicos, gestão, usuário do SUS e enquanto, pessoalmente, uma Profissional Médica que defendendo esse pleito e todo o Conselho sabe o quanto ela valoriza o Conselho em todas as nossas discussões porque é isso que é o SUS e a Lei 8.142, isso é a nossa participação é produtividade. **Sexto ponto da pauta.** Convite ao Presidente da FEMAR para esclarecimento sobre O planejamento de convocação das pessoas aprovadas em concurso público (Moisés). Ficou para próxima reunião. **Sétimo ponto da pauta:** Convite a Direção do Instituto GNOSIS ou um representante legal para esclarecimento sobre o pagamento da insalubridade, tanto dos dias atuais como os retroativo (Moisés). O Vice Presidente passa a palavra para o Sr. Felipe, da GNOSIS respondendo à colocação do Conselheiro Moisés. Tivemos todo esse movimento em relação ao dissídio em relação à insalubridade do Profissionais vinculado ao Instituto GNOSIS. que se apresenta e diz que é Coordenador Técnico do Instituto, tem uma coordenação específica na parte financeira e de recursos humanos, mas fez questão de vir pela excelente relação que tem com o Conselho, acha que um é tema e uma pauta super pertinente que o Conselheiro Moisés trás. O dissídio é uma questão, mas a pauta é insalubridade, ela já foi aplicada a partir da folha de agosto e setembro, cita o valor e sua diferença em cima do salário base e o retroativo já temos uma conversa bem avançada com a Secretaria em relação ao cálculo da previsão, dos encargos e previsão, então tem todo um cálculo para conseguirmos justificar nas prestações de contas deste pagamento do retroativo tanto para dissídio quanto para a insalubridade, isso vem desde o período de agosto e Setembro sendo amadurecido e acredita que pouco tempo isso já vai ser sanado. E agora é realmente uma questão de avaliação financeira, para conseguirmos efetuar pagamento que é um montante considerável dentro desse orçamento. Conselheiro Moisés agradece ao Felipe, diz que talvez você não conseguiu essa resposta agora, talvez na próxima reunião ordinária, já temos as pessoas recebendo esse retroativo não sabe, como você está trazendo algo que já está avançado, por conta do diálogo junto a Secretaria, só que algo do seu entendimento que precisamos ter algum nível de planejamento porque, estamos envolvendo vida de outras pessoas. Ai falar da parte financeira, é falar da vida das outras pessoas e de outras famílias, pessoas que dependem dessas outras pessoas, então em cima disso queria saber se você vai conseguir responder isso agora e talvez não tenha obrigação de responder mesmo, mas amadurecer, para que possa ter um planejamento. Qual é o prazo? Por mais que entenda que “já está, mas já está avançado, estamos conversando” mas precisa ter planejamento, que isso faz parte inclusive da administração pública, da gestão pública que precisa trabalhar com planejamento. Então queria te pedir gentilmente, em nome das pessoas que dependem desse recebimento, desse direito, que é direito, então em cima disso, pedir algum prazo para esse planejamento. Obrigado mais uma vez pela tua presença. O Sr. Felipe diz que sim, que precisa de um planejamento, mas baseado em atos entre essas discussões, porque tem um cálculo que é feito, enviado e analisado, uma análise contábil, obviamente são questionados algumas porcentagens, encargos, previsões e são refeitos. Porque quando pensamos obviamente em dinheiro público precisamos ter isso muito desenhado, agora temos um compromisso que dentro dessa conclusão, de toda essa análise financeira e contábil, possamos anunciar isso, com uma certa transparência para todos os trabalhadores e para o Conselho. Inclusive a gente possa ter um planejamento em relação a isso, mas a conversa está muito avançada nesse sentido, claro que essa análise contábil tem um certo rigor que precisa ser cumprido para conseguirmos efetivar esse pagamento retroativo, mas acredita que a gente consiga anunciar e até comunicar isso assim que tiver já concluído. O Conselheiro Moisés diz que para finalizar, queria fazer uma proposta. Talvez na próxima reunião as pessoas já estejam recebendo. Gostaria muito de chegar aqui na próxima reunião e ouvir que já foi resolvido, mas queria te fazer uma proposta em cima disso, caso isso não aconteça, fica o convite para a próxima reunião. Você falou que tem uma coordenação específica que cuida das finanças, que na próxima reunião possa



173 trazer algo mais completo para o Conselho. Entende todas essas análises contábeis, estamos falando de um
174 prazo entre 30 dias, que acha que dá para o corpo técnico analisar isso, acredita. Então faz esse convite e
175 deixa uma proposta que, na próxima reunião você possa trazer essa resposta. O Sr. Felipe diz que se coloca
176 à disposição para sempre estar aqui atualizando as etapas. Só para trazer mais uma amplitude dessa
177 comunicação que é muito positiva do Instituto com as Secretaria, nesse momento feitos essas correções de
178 porcentagem, de análise, já está sendo feita uma devolutiva, já tem o ofício recente que recebemos, já
179 vamos disparar ainda essa semana provavelmente até amanhã, já com a resposta desses cálculos e com
180 esses ajustes que foram propostos pela contabilidade. Então esse processo é muito específico, mas está
181 nesse trâmite. Então já tem uma evolução nessa conversa, acredita que possa participar das outras reuniões
182 e trazer atualizações sem o menor problema. O Vice Presidente pergunta ao Sr. Felipe se no momento, o
183 instituto contrata algum funcionário. O senhor já tem essa previsão da insalubridade ou não? O Sr. Felipe
184 responde que a insalubridade foi diferente por conta do piso, foi uma mudança de Lei, uma vez que essa
185 Lei foi aprovada, precisamos executar, então diferente de dissídio que tem uma prerrogativa de um ajuste
186 anual, a partir do coletivo dos trabalhadores, da categoria dos sindicatos, o dissídio pode ser programado
187 a medida que o acordo coletivo trouxer como porcentagem de reajuste salarial, a insalubridade, que é o
188 que o Conselheiro Moisés traz em pauta, é algo diferente. Foi um projeto de Lei que traz essa alteração e
189 aí obviamente não é algo previsto, uma vez que tem a Lei você precisa obviamente garantir esse direito do
190 trabalhador, só que como estamos falando no orçamento público e quando tem uma alteração financeira
191 fiscal isso precisa ser avaliado com o Impacto disso e obviamente ter um certo rigor nessa prestação de
192 contas e todos esses desdobramento para podermos executar o que de fato está previsto nessa Lei. O Vice
193 Presidente pergunta se mais algum Conselheiro que fazer alguma colocação, agradece ao Sr. Felipe pela
194 presença. **Oitavo ponto da pauta:** Apresentação do Relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados
195 à atenção psicossocial e reabilitação em Maricá (Moisés). O Conselheiro Moisés pede à Mesa Diretora
196 dizendo que como já está aberto outro relatório de uma sequência de relatórios, pede para alterar a ordem.
197 Vai começar pelo relatório da Unidade de Saúde do Barroco depois vamos para os outros, pode ser? Explica
198 às pessoas que estão de fora um pouco do funcionamento do Conselho de Saúde, que existem várias outras
199 comissões dentro do Conselho que se divide em grupos de trabalho para cuidar de assuntos mais específicos.
200 Ele está participando das Comissões de Saúde Mental e da Pessoa com Deficiência e da Comissão de Saúde
201 do Trabalhador e da trabalhadora. Vai começar lendo o relatório que foi realizado numa visita à Unidade
202 de Saúde do Barroco também através da Comissão de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, fomos lá
203 especificamente para apurar uma denúncia que foi recebido, não vamos entrar em detalhes por uma questão
204 de sigilo e o sindicato que atende e representa essa categoria já está oferecendo o suporte jurídico que se
205 faz necessário para o caso, então não vai aprofundar nessa questão, mas chegando lá nessa unidade de
206 saúde da família nos deparamos com várias outras questões que atingem direto a saúde de quem trabalha
207 naquele espaço. A Secretária Geral diz que estamos falando de problemas com o trabalhador, problemas
208 que geram problemas de saúde para esse trabalhador, nós estamos aqui à beira da realização de uma
209 Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Então nós não podemos dar este mau exemplo,
210 se nós estamos falando de saúde trabalhador e da trabalhadora é impossível as pessoas trabalharem naquele
211 espaço e se manter saudável psicologicamente e até fisicamente. O Conselheiro Moisés diz que também já
212 deixa aqui, queremos esclarecimento da Secretaria, FEMAR e GNOSIS que está gerindo o serviço e seu
213 posicionamento é comunicar aos Órgãos internos e externos e ao Ministério Público. O relatório
214 apresentado consta 25 páginas com fotos, tudo bem detalhado e bem elaborado. O Conselheiro Moisés fez
215 uma explanação com a ajuda da Conselheira Anna Quintanilha de como foi esta visita, e que o arquivo



desta visita estará na sala do CMS-Maricá para leitura dos Conselheiros. **Nono ponto da pauta:** Convide a Coordenação do CEREST (Apresentação do Relatório de Visita da Comissão do CEREST do CMS-Maricá – Moisés). O Conselheiro Moisés apresenta outro relatório que sai um pouco da Atenção Básica e entra na média complexidade, mas que também é muito importante para nós, está falando em relação ao Centro de Referência de Saúde do Trabalhador. Explica que Maricá é um município sede do CEREST 2.2, então Maricá é responsável como Centro de Referência de Maricá, Itaboraí, Tanguá, Silva Jardim e Rio Bonito. Fala da visita que ele, e os Conselheira Anna Quintanilha e o Vice Presidente Jorge fizeram ao CEREST, diz que já vem falando há muito tempo do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, tivemos avanços, anteriormente a Conselheira e Secretária de saúde Juliana está aqui e vai recordar, porque é uma discussão antiga as pessoas não tinham nem uma sala. Já havia um acordo com o Ministério Público para que tivessem um espaço adequado, houve um avanço no sentido de se ter uma casa. O CEREST tem uma verba que é rubricada só pode ser utilizada no CEREST, são 60 mil reais que precisam ser estimados para o espaço. Ressalta que foi constatado que no local existem alguns alagamentos na parte dos fundos da casa, que a casa alaga se chover muito forte, não sabe se volta esgoto, não sabe o que acontece. Inclusive a parede está marcada dessa alagamento e os trabalhadores quando alaga, têm que ficar tirando com baldinho. Sobre a casa está lá, realmente é uma casa, tem uma estrutura melhor do que aquela salinha, mas a casa não tem nada, falta mobiliário, computador, cadeira, equipe e uma série de coisas. Como já debatido por diversas vezes nas reuniões ordinárias do CMS. existe uma grande dificuldade e disponibilidade do carro. O CEREST não possui carro exclusivo, dependendo do carro da Vigilância Sanitária, o que dificulta as ações, inclusive aos municípios que fazem parte do CERST 2.2. Outro ponto que nos chamou atenção, foi que em alguns casos o carro está disponível, mas não tem motorista cabe aos trabalhadores e trabalhadoras executar a função. No segundo relato muita das vezes para dar conta das demandas, essas pessoas acabam por colocar seus carros particulares em uso e arcam com as despesas decorrentes. O relatório apresentado consta 23 páginas com fotos, tudo bem detalhado e bem elaborado, que fará parte integrante desta ata. O Conselheiro Moisés fez uma explanação e considerações com a ajuda da Conselheira Anna Quintanilha de como foi esta visita, e que o arquivo desta visita estará na sala do CMS-Maricá para leitura dos Conselheiros. Em seguida apresenta o relatório de visita aos equipamentos/serviços ligados à atenção psicossocial e reabilitação em Maricá, que fez junto com a Conselheira Aparecida, diz que já está tentando apresentar esse relatório há duas reuniões atrás, mas que na penúltima pediu para retirar o ponto da pauta porque a mesma estava muito extensa e todos já estávamos muito cansados. Diante do exposto, esta comissão recomenda que seja habilitado de forma urgente o Centro de Reabilitação nos moldes da legislação vigente na política de saúde, uma vez que isso inclusive impacta em repasse e financiamento; que seja desmembrado o serviço de reabilitação e atendimento domiciliar; que se tenha unidade no regime de gestão e de contratação; e que seja dada a devida transparência as formas de acesso e da fila de espera. No relatório apresentado foi incluído também o Centro de Reabilitação e Atendimento Domiciliar (CRAD) que consta com 17 páginas com fotos, tudo bem detalhado e bem elaborado que fará parte integrante desta ata. O Conselheiro Moisés fez uma explanação e considerações com a ajuda da Conselheira Aparecida de como foi esta visita, e que o arquivo desta visita estará na sala do CMS-Maricá para leitura dos conselheiros. Fala que as Comissões precisam investir mais na produção de relatório, trazer fotos e imagens, porque às vezes fazemos uma visita, mas tudo na administração pública, infelizmente é papel, relato e ata, tem que ter, vê que as comissões são muito empenhadas, têm boa vontade, mas que produzam relatórios e apresentam fotos. O Vice Presidente alguém da Gestão poderia responder a esses relatórios? O Subsecretário de Atenção Primária o Sr. Wilson diz que são muitos pontos e que vai começar pelo primeiro ponto colocado pelo Conselheiro Moisés sobre



a Unidade de Saúde do Barroco que é um dos nossos dispositivos que tem a maior sobrecarga de atendimento, maior sobrecarga de crescimento populacional, a parte populacional de Maricá que mais tem crescido é a parte do 4º Distrito, diante de mobilidade da população que veio para Maricá e levantou a fala de que há 02 anos vem trazendo essa pauta e não tem sido solucionado de alguma forma. A Secretaria nunca teve inerte quanto à questão da resolução desses problemas, esse problema ele é conhecido, é uma área de vulnerabilidade nossa e também de atendimento para conseguir solucionar realmente os problemas. A Unidade do Barroco realmente hoje consta com 18.000 mil inscritos, mas durante esses dois anos ela não tinha 18.000 mil inscritos, teve um crescimento acelerado, talvez tenha sido a Unidade que tivemos maior aceleração no cadastro. Hoje a Secretaria tem a implementação da Unidade de São Bento da Lagoa que é a Unidade que fará a retirada se não se engana de 7.500 usuários da Unidade do Barroco transferindo para a Unidade de São Bento da Lagoa. Esteve na semana passada, na construção da Unidade de São Bento da Lagoa que já está com os pisos, portas e foro, está em fase de colocação de rede elétrica e a parte de esgoto está sendo feito de fora. então falta pouco para concluir a obra. Não sei se conseguimos terminar agora, mas essa Unidade retira do Barroco por volta de 7.500 inscritos, inclusive a Unidade de São Bento da Lagoa além de desafogar a Unidade de Saúde do Barroco, ela também vai trazer um refúgio da Unidade de Saúde do Recanto que também é uma outra Unidade. A Secretária Geral pergunta se o Sr. Wilson está dizendo que vai transferir 7.500 cadastrados para Unidade de São Bento da Lagoa, vai desafogar o número de cadastrados, mas as instalações vão continuar as mesmas? O Sr. Wilson diz que não adianta só rebocar e continuar na situação que está, qualquer lugar vai continuar pequeno. Tem a realocação na verdade uma nova limitação de área escrita para que possamos distribuir nas suas áreas devidas. Explica como funciona a divisão territorial dos cadastros das equipes dessa população e aí como esse sentimento para você melhorar hoje, a gente também está contratando tentativa do pessoal do Recanto que tem uma parte entre a fonte para cá que tem uma máquina falando comigo no vazio e que tem alguns cadastrados que não conseguem entrar nele também que essa adesão dessa população principalmente diminuir o atendimento do Recanto. Diz que a Unidade do Barroco e a Unidade do Recanto são alvos de permanência de projetos da Secretaria de Saúde, as Unidades estão sobre o planejamento agora da transição com a FEMAR, que a gente termina a relocação da casa, que parece ser um pouco mais próxima também, fazer a realocação dessas equipes que estão nessas condições de trabalho que foi colocado. Fizemos visitas, tentamos as melhores formas conduzir, mas alguns estudos vem crescendo, e diante de tudo isso temos traçado, além das visitas, temos junto com GNOSIS, tentado melhorar os fluxos, de retirada de resíduo, de transposição de materiais e outras coisas, que sabemos que a Unidade, que está além de sobrecarregada no atendimento, acaba tendo o material sobrecarregando também o espaço, também disso temos tratado. As questões de obra, a GNOSIS apresentou o planejamento até de melhoria do espaço e mais um consultório lá atrás, só que tem algumas coisas na casa que precisam de obras, mas como é uma casa alugada, temos dificuldade de planejamento e de execução dessas obras, podemos fazer o reparo daquele imóvel. diz que não está justificando o problema que vocês encontraram, mas estamos trazendo para vocês que não estamos inertes quanto a essas situações, existe um planejamento e sabemos que infelizmente é orçamentário e as ações públicas são muito burocratizadas, para que alcancemos alguns determinados fatores que são essenciais tanto para o Trabalhador, quanto para o usuário. O Segundo ponto que o Conselheiro Moisés levantou foi sobre o CEREST, tínhamos a situação que ele também passou, que era um local pequeno lá no Sapos Burguer, tinha uma condição de trabalho muito ruim, muito precarizada, que através do planejamento conseguimos realocar o CEREST para a Unidade que fica em Araçatiba, uma casa que antes era ocupada pelo SAE, que foi realocado para uma nova Unidade e abrimos um espaço para que pudéssemos readequar



o CEREST, só que ainda é um processo de adequação. Quanto a questão da falta de móveis, de alguns instrumentos para que seja executado, alguns desses instrumentos estão sendo comprados por emenda parlamentar, que são processos longos, cansativos que demoram realmente, mas eles estão dentro desse planejamento, algumas coisas já estão chegando, já estamos recebendo alguns equipamentos, e os móveis do CEREST estão implementados dentro desses contratos. Sobre o CAPS tivemos um avanço, no número de moradores e munícipes que temos hoje 211 mil pelo IBGE, mas temos 234 mil inscritos dentro da nossa atenção primária e com tudo isso e esse avanço do crescimento, tivemos um aumento quase quatro vezes mais de casos de pessoas com problemas psiquiátricos no município, alguns de conhecimento antigo, gente quem é de Maricá desde sempre, conhece alguns casos, principalmente da saúde e sabemos todas as dificuldade que tivemos para avançar em tudo isso, com isso tivemos a implementação dos CASP AD, CAPSi e o CAPS que estamos tentando o credenciamento junto os Órgãos competentes para que possamos alcançar o nível de CAPS III e com isso fizemos as adequações, algumas obras, algumas necessidades básicas que tinha dentro do mecanismo através da GNOSIS e FEMAR e dentro desse escopo o Conselheiro Moisés trouxe que não entendia a questão de fornecimento da FEMAR quanto a material de limpeza e quanto a Secretaria de Saúde e da GNOSIS. Explica que o contato da nossa parte secundária, da parte de especializada que faz parte do CAPS, ele é vinculado a GNOSIS nós através apenas da organização do RH, da contratação do pessoal e junto a isso conseguimos alguns serviços que possam complementar, estamos no processo de transição de serviços da GNOSIS para FEMAR, o que isso significa? que muitos desses processos, conforme vão saindo da FEMAR, tais como coleta de lixo, limpeza material de limpeza, quando a FEMAR consegue formalizar esse processo e começa a fornecer esse material a gente suprime da GNOSIS. Estamos fazendo a transição para que não tenha o impacto da descontinuidade do serviço ou da descontinuidade. Cita do que é necessário para mantermos as Unidades em funcionamento, então alguns processos. Cita por exemplo os processos que estão em andamento. O Quarto ponto ele inicialmente trouxe até a descrição de que foram para lá e desconheciam os dispositivo. A Roberta tem estado lá e ela conhece o Conselho, não sabe quem os recebeu inicialmente e logo em seguida trouxe a fala de que alguns locais que estão vazios e sem atendimento, tivemos um problema numa chuva quando a obra ainda era nova, quando começamos a fazer a transição para o CRAD, tivemos a queda do telhado daquela parte, principalmente aquela que você trouxe a foto aqui que está com os adesivos, estamos refazendo o telhado e com o vazamento de água, tivemos que refazer umas outras coisas. Mas já está finalizando a parte de estruturação do forro da sala para limparmos e começará a funcionar. A Conselheira Aparecida pergunta se o Wilson está falando do CRAD? Diz que sobre o telhado não trouxeram fotos e nem mencionaram salas, disseram que as salas estavam fechadas e não viram nenhum problema de obras. O Wilson diz que estão falando da sala do CRAD, que o Conselheiro Moisés mencionou e que ele está explicando que essas salas foram acometidas por essa queda do telhado que teve que refazer e ela está ociosa porque elas estão fechadas para as obras serem executadas. A Conselheira Aparecida diz que a foto que o Conselheiro Moisés apresentou foi do telhado do CEREST, não teve foto do CRAD. O Conselheiro Moisés diz que apresentou uma foto do CRAD onde tem um adesivo na parede, ele está se referindo que ali onde tem aquela foto, que tem aquele papel na parede, ali foi um espaço que teve problema por conta da chuva, ele está justificando que as salas estão fechadas por conta da chuva ocorrida, só por esse motivo, mas ele de fato não identificou problema, não identifiquei obra por exemplo. O Wilson diz que não temos mais obra, mas estamos com compras, por emendas parlamentar, de alguns equipamentos também de fisioterapia que vão fazer parte do CRAD. Inicialmente quando abrimos o CRAD foi porque tivemos aquela transposição da questão da Reabilitar e tínhamos que realocar todo aquele serviço e reorganizar a rede e com isso vieram



as necessidades de compor a equipe de forma ainda que mista, temos no CRAD alguns estatutários Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta, e mais duas classes profissionais que estão atuando lá além das duas Fisioterapeutas que conseguimos para compor o dispositivo e darmos continuidade ao tratamento. Então essas pessoas que vieram já estavam na rede, foram colocados para dar continuidade a esse serviço de fisioterapia, ele vai dar andamento e terminando o tratamento vamos abrindo vagas, assim como também tivemos um grande crescimento populacional e um grande crescimento de uma população com problemas psicossocial e de forma psiquiatria, também tivemos um grande crescimento de população necessitada de atendimento para reabilitação. Cita o caso de uma pessoa que veio do SAREM. Diz que a Secretaria de Saúde é responsável pela sua memória, aquilo que executamos na saúde e nos seus dispositivo. Estamos em conversa e estreitamento junto com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria da Educação justamente por algumas partes e outras situações que precisamos readequar, mas lembrando que a atenção primária ainda é a ordenadora do serviço e a reorganização de fluxo para que a gente consiga fazer com responsabilidade a distribuição de todas essas demandas. “Ah mais a demanda ainda não está atendendo o suficiente” só consegue avançar dentro desse suficiente, porque tem uma demandas reprimida e consegue fazer uma memória de cálculo para poder fazer um novo contrato, uma nova apropriação, por isso que a burocratização impede de acelerar alguns tipos de processos, mas o CRAD ele está voltando a ser regulado, porque já teve aquela demanda que veio da REABILITAR e já foi atendida. Diz que já estamos reorganizando os fluxos, a Atenção Primária já tem inserido esses pedidos dentro da regulação, ainda vamos ter alguns problemas claro. Que o Conselheiro também falou sobre a dificuldade de agendamento de exames, já temos a solução para o problema dos exames de rastreio que tínhamos muita dificuldade que são as mamografias, ultrassonografias, já solucionamos parte de biópsia já não tínhamos muita dificuldade e agora vamos ter o segundo momento que é a parte de reabilitação. O problema que temos encontrado muito são dificuldades administrativas é que muitas vezes a pessoa não quer enfrentar o fluxo que temos por estabelecimento e querem pular etapas, cita os tramites necessários para o acesso ao serviço. Pergunta ao Conselheiro Moisés se tem mais alguma observação. O Conselheiro Moisés diz ao Sr. Wilson que suas explicações, com muito respeito a sua pessoas, agradece por fazer as explicações, mas são questões que precisamos de respostas mais polpáveis, como por exemplo quando falamos da verba do CEREST que é uma verba que é carimbada, tem que ser usada, vamos pedir isso, vamos oficialar, onde foi a verba do CEREST por exemplo do ano passado? A verba aumentou esse ano, onde que foi? gostaria muito de saber, porque inclusive a verba do CEREST, participamos quando o Douglas esteve aqui no passado bem recente, ele era apoiador institucional do Ministério da Saúde, dando exemplo, inclusive de onde podemos aplicar a verba e de até alugar coisas. A Verba é tão demarcada para aquele espaço, que ele particularmente não está na Gestão, não está dizendo que é fácil gerir, mas não consigo entender, tem uma outra questão que você traz que ele discute na educação e aqui na saúde também e que sempre ouvi que Maricá cresceu muito, precisamos de planejamento desde que entrou e depois na Conferência. Pergunta quando que vamos conseguir organizar e planejar? porque para a população usuária, para as pessoas que talvez estejam aqui nos assistindo, para nós que estamos aqui como representantes os usuários, parece que dinheiro não é o problema, continua fazendo suas considerações relacionadas ao assunto. O Sr. Wilson diz que é usuário do SUS, é munícipe, nascido em Maricá, entende toda sua angústia, sua família é atendida dentro da Atenção Primária, hoje ele está Gestor da Atenção Primária, é uma angústia para o Conselheiro, para ele e para todos nós, só que uns dos levantamentos que tivemos na última reunião da CIR, foi a questão da identificação desse valor que sai de 30.000 mil e agora passou para 60.000 mil, porque não era antes, explica como se dá o repasse e quais dificuldades dos municípios para entender esse repasse dentro do teto



MAC. Diz que na última reunião da CIR foi questionado, pedimos que ela viesse de uma forma mais diferenciada e a fala do Estado é “repassado”, questionamos de que forma debitar, vamos fazer os cálculos e não bate as contas. Pedimos também ao Estado um levantamento que pudéssemos identificar o valor dentro desse teto, fala da planilha que está sendo feita para responder ao Estado sobre o repasse. O Vice Presidente pedi ao Sr. Wilson que fosse vista a possibilidade de um carro para o CEREST, porque tem visto a dificuldade que eles têm para fazer visita junto a outros municípios, fazer visitas nos locais que necessitam e reuniões. Hoje estava no Rio de Janeiro viu as Coordenadoras do CEREST chegarem no seu carro próprio, acha uma dificuldade muito grande para elas, se possível conseguir seria uma grande aquisição. O Sr. Wilson diz que na verdade temos a compra de dois carros pela Vigilância com a emenda parlamentar. A Secretária Geral interrompe e pergunta se ainda continuará sobre a direção da Vigilância, isso é que não pode ser assim, ele tem que ter uma certa independência para ele poder visitar os municípios e poder sair, fica sempre na dependência da Vigilância, aí um dia pode outro não pode. O Sr. Wilson pergunta se a Conselheira está falando sobre a questão do carro? Diz que um dos carro vai ser destinado ao CEREST, esclarece que o serviço está vinculado a Vigilância, já existe a disposição para o carro do CEREST. A Secretária Geral pede por gentileza que esse relatório que o Luiz Fernando está preparando seja encaminhada uma cópia para o Conselho. O Sr. Wilson diz que esse relatório vai ser até publicado pelo Estado eles estão solicitando a prestação de contas desse valor. A Conselheira Aparecida faz uma pergunta dizendo que como no início do relatório citaram sobre CRAD e porque não há implantação do SER em Maricá, para quando que está previsto isso? até pela facilitação de ter mais verba para esse serviço. Explica como o paciente foi encaminhado. Com relação ao atendimento de criança, como ela trabalha na Pestalozzi há muito tempo viu o atendimento no CRAD muito a quem do que a Pestalozzi sempre ofereceu, então a Comissão não ficou muito satisfeito com que viram. O Sr. Wilson diz que a Conselheira Aparecida usou a palavra que não existe um serviço de reabilitação, que acabou de dizer que tudo aquilo que temos como projeto para avançar precisa de memória, o CRAD é o início de uma memória, ele é um serviço ativo, presente e que existe. Não posso atendê-lo na completude que o município necessita hoje, mas existe uma porta que conseguimos contratar ou criar um fluxo de atendimento. O SER vai ser um resultado do avanço do trabalho do CRAD, já existe a conversa e um projeto, só que existe as tramitações e processos alongados que infelizmente acabamos encontrando dentro da gestão pública. Quanto ao prazo de não tem como afirmar. O Conselheiro Moisés diz que fica preocupado porque houve um amplo debate com a sociedade civil organizada o SER consta no nosso Plano Municipal de Saúde, foi aprovado em Conferência, acha que é um erro muito grande com a população, então acha que precisamos pensar e mais uma vez reforça que não está na gestão, acredita que tem a sua dificuldade, precisamos respeitar aquilo que foi decidido pela população também e lutar por isso, não está dizendo que você não está lutando, mas está dizendo que, quais são os esforços que a precisamos somar ainda que seja com o Conselho, com os movimentos sociais porque o SUS é isso tudo. O Sr. Wilson diz que resumindo essa questão que o Conselheiro Moisés colocou nós nunca vamos acertar e nem alcançar 100% de todos os projetos, porque temos as dificuldades que acabamos alcançando. Quantos projetos foram deixados por conta da pandemia ou por conta de um avanço de alguma coisa, não existe uma pandemia agora, mas tem os resultados dela o CRAD é um dos resultados, muitas pessoas acabaram tendo a sua saúde comprometida e se tornou de uma pessoa saudável a uma pessoa dependente de um serviço, isso deu um impacto muito grande e ainda. existem impacto sobre isso, existem muitas políticas que são apresentadas e reuniões da CIR e da CIB de implementação de pós Covid, implementação de outros serviços que a gente possa atender essa população como um todo, além das nossas dificuldades normais, não vamos ter a totalidade do serviço como gostaríamos de atender, entende a



angústia e fala de vocês que nos ajudam a gerir, vocês somam com a gente trazendo tudo isso. Visitamos claro, mas às vezes visitamos avisados e às vezes precisamos de relatório para realmente poder trazer essa fala e até gostaria de saber qual foi a Unidade que encaminhou para o SAREM inclusive porque o fluxo não é esse. o Vice Presidente agradece a ao Subsecretário Wilson pela presença. **Décimo ponto da pauta:** Explicações seríssimas sobre descaso e negligência que estão acontecendo na UBS da Marilândia (Edson). Ficou para próxima reunião por ausência do Conselheiro solicitante. **Décimo primeiro:** Convite ao Subsecretário da Atenção Primária o Sr. Wilson Rodrigues de Souza Junior ou um representante legal (Edson). Ficou para próxima reunião por ausência do Conselheiro solicitante. **Décimo segundo:** Aprovação da Comissão Organizadora do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Por ausência de quórum ficou para reunião extraordinária a ser agendada. **Décimo terceiro:** Aprovação da Convocação do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Por ausência de quórum ficou para reunião extraordinária a ser agendada. **Décimo quarto:** Aprovação da Regimento Interno do Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Por ausência de quórum ficou para reunião extraordinária a ser agendada. **Décimo quinto:** Apresentação do Relatório da Comissão de Atenção Básica. Ficou para próxima reunião por ausência da Conselheira solicitante. **Décimo sexto:** Eleição do Presidente da Comissão de Justiça e Ética. Ficou para próxima reunião. **Décimo sétimo:** Formação da Comissão de Legislação. A Conselheira Rose Mary informou que já foi tirada a Comissão na reunião de agosto. **Décimo oitavo:** Reformulação das Comissões do CMS-Maricá. Ficou para próxima reunião. **Décimo nono:** Sugestão de pauta para próxima reunião. A Secretária Geral diz que já tem algumas pautas marcadas que foram deixadas de serem apresentada hoje, vão permanecer na próxima reunião, a não ser que as pessoas que as recomendaram resolvam retirar-las. Apresentação da relação de processo defensivos (Marcelo Rosa), apresentação da direção do hospital, porque o Edson não estava hoje e precisamos que ele encaminhe pelo menos o que ele quer saber da direção do hospital. Inclusive a sugestão é que ele faça esse encaminhamento por escrito para o Conselho e nós vamos encaminhar para o hospital, para tentar a resposta já na próxima reunião, a explicação sobre a UBS da Marilândia que também era com ele e só podemos colocar aqui se ele encaminhar isso por escrito, dizer quais são os problemas seríssimos que ele encontrou lá, porque foi ele que falou e não sabemos o que está acontecendo, relatório de Atenção Básica, pergunta a Conselheira Rose Mary se ele quer apresentar. A Conselheira Rose Mary diz que até falou com Laudeci, essa pauta foi pedida pela Conselheira Denise, o relatório no caso, não foi trazido aqui, porque já está há um mês, desde a data que nós fizemos a visita às três unidades que foi: Guaratiba, Cordeirinho e Bambuí foi emitido relatório e foi entregue no Conselho, a Laudeci pode confirmar, agora as fotos ficou no celular da Conselheira Adriana e ela também faltou assinar esse relatório, a única assinatura que ficou faltando da Conselheira presente no relatório foi a dela e infelizmente ela não pode comparecer hoje aqui, então foi surpreendida vendo essa falta aí e que foi conforme a Laudeci falou foi pedida pela Conselheira Denise que também hoje não está presente. A Secretária Geral diz que se vocês puderem completar o relatório. A Conselheira Rose Mary diz que o relatório está completo desde o dia 03 de outubro, só que ele iria ser apresentado se tivesse ela presente aqui e tivesse com as fotos. A Secretária Geral diz para a Conselheira Rose Mary pedir a Conselheira Adriana para mandar as fotos e vocês apresentam na próxima reunião; eleição para Presidente da comissão de ética é necessário e já se tem os membros da Comissão, explica que é necessário fazer essa eleição, mas como não temos o quórum completo vamos deixar para próxima reunião, formação da comissão de legislação também é necessário. A Conselheira Rose Mary diz que gostaria só de pedir que essa pauta fosse excluída, acredita que foi incluído por equívoco está formada desde agosto e foi referendada na reunião ordinária de 24 de agosto. A Secretária Geral retorna ao ponto a



reformulação das comissões, tem um outro problema que é importante, nós vamos precisar marcar uma reunião extraordinária na próxima semana porque é necessário a aprovação da comissão organizadora, aprovação da convocação e a aprovação do Regimento Interno do Fórum da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que acabou não sendo aprovado, isso é importante, hoje a Denise não está presente para falar sobre isso, ela está à frente da organização desse Fórum e da Conferência Regional. Então nós vamos precisar ver uma data na próxima semana para definir. A sugestão seria a próxima quinta-feira. O Vice Presidente pergunta se todos concordam com a reunião extraordinária para a próxima quinta-feira? O Conselheiro Moisés diz que não entende muito desse rito para convocação em reunião extraordinária, acha melhor colocar a convocação em Ad referendum, faz no grupo as pessoas se posicionam, porque não temos quórum. A Secretária Geral diz que de qualquer forma vai ter que ser realizado e aí temos um problema sério porque colocamos as perguntas no grupo e ninguém responde, as pessoas precisam ter consciência da responsabilidade que temos, então fazer no grupo tudo bem, coloca ad referendum no grupo e as pessoas têm que responder porque vamos precisar fazer isso, senão não tem a realização do Fórum, podemos fazer uma enquete no grupo se seria presencial ou online, com pauta única com esses três pontos sobre o Fórum.

Vigésimo: Informes Gerais. O Vice Presidente pergunta se alguém gostaria de dar algum informe? O Conselheiro Moisés informa sobre a oficina descentralizada sobre saúde do trabalhador e trabalhadora que vai ocorrer na próxima segunda-feira dia 4/11 de 8 às 16 horas na universidade de Vassoura Centro, perto da rodoviária, precisa fazer uma inscrição, mas é algo muito breve, formulários e encaminhar para o Conselho, mas teria que ser até hoje, então quem tiver interesse pode fazer lá na hora, o problema é chegar lá e as vagas estarem esgotadas, Mas tipo o convite para participar dessa oficina ano que vem já temos Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Então esse evento é um evento preparatório já para Conferência Nacional, o outro informe também que acha é importante dar, Jorge, no último dia 29, foi o último dia para o envio das instituições para composição da CISTT, da comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de Maricá, infelizmente nós só recebemos apenas quatro ou cinco instituições interessadas em fazer parte dessa composição, nós vamos seguir com o rito, nós vamos fazer uma eleição porque precisa ter uma eleição, mas todas essas instituições teoricamente já estão dentro, tendo um voto já basta para que ela que esteja na composição para podermos validar. Lembra que vamos ter o Fórum de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no dia 30/11e vamos divulgar posteriormente com mais calma. A Conselheira Aparecida diz que quer fazer uma colocação, não sabe se é questão de colocar em uma pauta, que tem conversado com a Laudeci sobre o tamanho dessa ata e a forma que ela é redigida. Então a Laudeci falou que era por causa de questões que as pessoas não citavam, mas ela não consegue e fica até com vergonha de assinar uma ata dessa da forma que ela é registrada e ela acaba deixando a gente sem foco naquilo, isso deu uma prova hoje, quando o Conselheiro Edson está ausente, ela normalmente não lê a ata, não teve condições de ler essa semana de segunda para cá, que participa de outros Conselhos municipais além Pestalozzi. Então não teve condição mesmo. Agora é o que acontece na ata constava as perguntas dele, lendo o resumo daqui, então na ata perdemos a oportunidade de aproveitar até a presença mesmo que não conseguíssemos abordar tudo o que o Conselheiro Edson queria, mas perdemos a oportunidade tendo o Diretor do Hospital aqui presente para fazer alguns questionamentos. Então foi muito rápido perguntaram alguém tem, foi muito rápido. Então achou que perdemos a oportunidade e nós como Conselheiro se o Edson tem essa demanda, a demanda não é só dele, estava na ata. Então acha que talvez a gente não esteja lendo essa ata toda com as colocações que amarramos ali, então gostaria de uma pauta que pudéssemos discutir realmente como fazer uma ata que seja de fácil acesso e compreensão e até de publicação que ninguém lê uma ata com 500 ou 700 linhas, que gostaria muito de



ter essa oportunidade de agente rever essa ata. A Secretária Geral diz que quando fazemos a ata focando somente os assuntos que têm que ser resolvidos com suas resoluções, temos um levante aqui dizendo que não constou a sua fala, isso aqui não saiu, isso aqui está errado, preciso que conste a minha fala e aí como se faz? quanto à presença perguntamos se tinha algum Conselheiro que quisesse fazer alguma pergunta. A Conselheira Aparecida continua dizendo se é assunto de pauta para podermos rever esse assunto da ata. A Secretária Geral diz que quanto à presença perguntamos se tinha algum Conselheiro que quisesse fazer alguma pergunta. A Conselheira Aparecida diz que até pensei que a nossa de Comissão da Saúde da Mulher porque teve aqueles assuntos que fizemos o ofício, mas só que como não conseguimos nos reunir na quarta passada, então pensou que poderiam já ter respondido não iria ser redundante, então achou que não era o momento, pediu, mas depois lendo a ata falou poxa, se tivesse vendo a ata com certeza perguntaria pelo menos aquele mínimo que está na ata. O Vice Presidente agradece a todos pela presença, encerra a reunião às 16:09h. (dezesesseis horas e nove minutos) convida a todos para nossa próxima reunião ordinária no dia 31 de outubro, às 14h, nesse mesmo local, excelente tarde a todos. eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 31 de outubro de 2024. XXX

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Ana Mayda Ordonez Vieira
Gestor – Sec. de Saúde

Juliana Nogueira dos Santos
Gestor – Sec. de Saúde

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho
2º Distrito

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

Renata do Nascimento Frazão
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia
Ass. Pestalozzi de Maricá

Antônio Carlos da Cunha
Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

Danielle Torres Xavier
Usuária – FAMMAR